INTERESSADO: COLÉGIO "SÃO JOSÉ" DE VILA ZELINA - CAPITAL
ASSUNTO: Instalação de Curso de Especialização para Professores
de Alunos Excepcionais

RELATOR: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS

PARECER Nº 3184/75 - CPG e CSG - Aprov. em 5/11/75

I-RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: A Direção do Colégio "São José", de Vila Zelina, nesta Capital, solicita autorização para fazer funcionar um "Curso de Especialização para Professores de Alunos Excepcionais - Deficientes Mentais, com duração de um ano letivo, ou seja, um mínimo de 720 horas/aula, assim como com os estágios supervisionados em escolas especializadas".

A solicitação é acompanhada de um plano de currículo e de uma justificativa.

2. APRECIÇÃO: O pedido propicia oportunidade para que este Conselho volte sua atenção para uma área de estudos que está a merecer maiores cuidados. Entendemos que já é chegado o momento de se dispensar a educação especial um tratamento que a coloque em condições de atender a seus nobres objetivos.

O Direito a Educação

Inscreve-se entre os direitos universais do homem o de receber adequada educação, que deve ser dada no lar e na escola. Esta importante conquista da humanidade ainda não encontrou os elementos necessários para sua plena realização. Um dos focos de resistência tem sido exatamente o atendimento dos excepcionais, pois estamos acostumados a raciocinar em termos de ensino regular para estudantes normais. Não existe, porém, justificativa para esta restrição. Se todos têm direito à educação, não há como negá-lo aqueles que, por circunstâncias várias, encontram dificuldade para o acompanhamento regular do ensino dado em nossas escolas. Se são maiores as dificuldades enfrentadas por estas crianças, proporcionalmente maior deve ser nosso esforço no sentido de garantir-lhes o direito à educação. No entanto, não é isto o que vem ocorrendo: dedicamos quase toda nossa atenção aos estudantes normais e muitas vezes deixamos entregues a si mesmos àqueles que mais precisam de nós.

A Educação Especial

Rigorosamente falando, toda educação é educação especial, pois, é um truísmo afirmar que não existem duas pessoas iguais. Cada um de

nós tem suas próprias características, suas próprias capacidades e suas próprias deficiências.

A distinção entre educação comum e educação especial corresponde a uma fase histórica dos conhecimentos pedagógicos, em que ainda não somos capazes de dar a cada aluno uma educação compatível com suas potencialidades. A educação do futuro será, necessariamente, uma educação individualizada, uma educação, orientada para a capacidade de realização do educando, com respeito a suas características próprias. O ensino de massa, que a moderna tecnologia coloca a nossa disposição, só é justificável em termos econômicos, mas não faz sentido em termos pedagógicos e humanos.

Nos dias atuais, dada a insuficiência de nossos conhecimentos, precisamos ainda falar de educação especial como aquela destinada às crianças portadoras de problemas especiais de aprendizagem, como se fosse possível traçar uma linha demarcatória entre a normalidade e a deficiência. Chamamos de "excepcional" a criança que apresenta dificuldade para enquadramento em uma classe comum: o superdotado, o deficiente mental, o deficiente visual, o deficiente auditivo, o deficiente auditivo, o deficiente físico.

A prática de segregação indiscriminada do excepcional em classes ou escolas especiais tem sofrido reformulações nos últimos anos, no sentido de procurar dar-lhe, na medida do possível, um ambiente natural de convivência com crianças normais. Se com a educação do excepcional pretendemos, como devemos pretender, colocá-lo em condições de conviver normalmente com outras pessoas, não é por intermédio da segregação que iremos atingir nosso objetivo.

Na dependência da gravidade do caso, será o tratamento dispensado ao estudante, de acordo com as várias soluções que têm sido tentadas, desde a classe comum, a classe especial, a escola especial, até o internato, o hospital-escola e o centro de tratamento. Qualquer que seja a solução adotada em certo momento, haverá sempre um esforço no sentido de fazê-lo voltar a um ambiente mais natural.

Quanto à formação de recursos humanos, em Parecer recente, o Conselheiro Valnir Chagas, do Conselho Federal de Educação, anunciou que aquele Colegiado está ultimando a elaboração de currículos para a habilitação de professores para a Educação Especial, em nível superior. Assim sendo, parece-nos inconveniente que o Conselho Estadual de Educação delibere sobre o assunto, antes do pronunciamento anunciado.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, em resposta à solicitação do Colégio "São José", de Vila Zolina, somos de parecer que a Escola deve aguarda-

as diretrizes do Conselho Federal do Educação a respeito da Educação Especial.

São Paulo, 22 de outubro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente

III - DECISÃO DAS CÂMARAS

AS CÂMARAS DO ENSINO DO PRIMEIRO E DO SEGUNDO GRAUS, em sessão conjuntas adotam como seu Parecer o voto do Relator.*

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLORI, JOÃO BAPTISTA SALLES DA SILVA, JOSÉ AUGUSTO DIAS, JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO, LIOREL CORBEIL, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA, MARIA DA IMACULADA LEME MORTEIRO, MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR e THEREZINHA FRAM.

Sala da Sessão, em 22 de outubro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão das Câmaras do Ensino do Primeiro e do Segundos Graus, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente